

São Paulo de Olivença, 06 de novembro de 1993.

Ao
Vice-Presidente do MAGUTA - CDPAS
João Pacheco de Oliveira
Museu Nacional - PETI - PPGAS
Rio de Janeiro - RJ

João,

A Demarcação das Terras Ticuna está chegando ao fim e algumas pequenas pendências necessitam ser analisadas e resolvidas. A ASSERPLAN já se encontra em fase de desmobilização, sendo imperativo que seja solicitado agora qualquer acerto que for preciso, afim de que se evite um retorno ao campo, algo que seria desgastante para todos. Devemos admitir que imprimimos um alto grau de exigência, embora não pudesse ser de outra forma, pois as peculiaridades locais e deste tipo de trabalho fizeram surgir assim mesmo problemas os mais diversos. Por mais que tivéssemos solicitado e chamado a atenção para o problema, os representantes da ASSERPLAN jamais observaram o cuidado no relacionamento com os agentes políticos locais, pelo contrário, no mais das vezes posicionaram-se de acordo com os interesses de não-índios e políticos regionais, particularmente nos ambientes urbanos. Tampouco observaram o modo de proceder dos Ticuna, cujos capitães seguiram a orientação de não contestar diretamente os técnicos, colocando suas reivindicações através do CGTT e do CENTRO MAGUTA. O critério de escolha da ASSERPLAN como uma empresa experiente em atuações nas áreas indígenas mostrou-se inócuo, uma vez que transpareceu todo o tempo um grande preconceito face aos índios, o que impediu uma comunicação mais fluente entre os comandantes da empresa e as lideranças Ticuna. Foi recorrente a expressão "Ticuna não é índio". Por incrível que pareça, um atenuante para isso ficou por conta dos trabalhadores menos qualificados, topógrafos e peões, que demonstraram maior sensibilidade no trato com os Ticuna, chegando mesmo a demonstrarem um certo envolvimento emocional. Somente intervenções por demais enérgicas fizeram com que os principais responsáveis da empresa acatassem as reivindicações e mesmo disposições contratuais.

A fiscalização teve dois momentos distintos. No primeiro, mostrou-se extremamente ineficaz e desinteressada, o que implicou na ocorrência de diversos erros que poderiam ser evitados. Num segundo momento, melhorou significativamente seu desempenho, com a chegada de um profissional mais experiente. Tornou-se mais ativa e participante, resolvendo problemas acumulados e evitando uns tantos outros. De um modo geral, a precariedade em que se encontra o órgão indigenista refletiu muitíssimo sobre as possibilidades de trabalho dos técnicos destacados para o Alto Solimões. Some-se a isso, a total omissão e inadimplência da Administração Regional e Postos Indígenas que, além de não participarem, chegaram mesmo a prejudicar o trabalho e a agir em sentido contrário ao interesse dos índios. Nas poucas participações e contribuições que prestou, o fez somente mediante grande pressão dos escalões superiores. Diante desse quadro, viu-se que o comando da FUNAI em BSB, Presidência e Depto de Assuntos Fundiários, foram de funda-

mental importância, não se furtando a comparecer sempre que solicitados, assegurando o bom andamento do processo de demarcação e prestando um apoio, sem o qual, possivelmente, a Demarcação das Terras Ticuna poderia não ter chegado a bom termo.

O atendimento às solicitações dos índios foi um dos pontos principais que se procurou seguir, salvaguardadas as limitações legais e os condicionamentos políticos. A dificuldade maior foi encontrar um meio termo entre o atendimento aos índios e o que se realizava passo a passo, dadas as dificuldades de comunicação, não só entre indígenas e técnicos, mas também com a própria coordenação e fiscalização. Neste aspecto, todas as soluções demandaram um tempo mínimo de amadurecimento para se estabelecer um meio termo entre o que era solicitado e o que era possível de ser feito, conforme a comunicação avançava no sentido do entendimento. Ao final pode-se avaliar positivamente este aspecto, pois, de um modo geral, é possível afirmar que os Ticuna saíram bastante favorecidos. Aqueles dentre eles, que são mais conscientes quanto ao problema da terra, têm demonstrado uma enorme alegria.

Visto sob um ponto de vista unicamente técnico, o de um levantamento topográfico, tem sido possível constatar que o mais importante efeito que a demarcação provoca na política local é o de materializar limites que, aceitos ou não, respeitados ou não, informam com novos elementos a organização social dos vários locais aonde ocorre. Nesse sentido, não ter conseguido abrir determinadas picadas por conta de áreas alagadas, picadas em locais errados e o atraso na chegada das placas indicativas, fazem carecer de informação o arranjo político regional após a demarcação. Os Ticuna estão conscientes de que, melhorada a situação de acesso às áreas inundadas, deverão eles mesmos continuar os trabalhos e unir os limites desconexos. Além disso, estão dispostos a iniciar imediatamente o plantio das picadas, não só pela importância de manter vivos os limites demarcados, mas também pelo aproveitamento econômico que isso pode proporcionar.

A importância de uma materialização correta dos limites impõe-se muito mais em nível local, não obstante a necessidade de informar corretamente o órgão indigenista com dados técnicos precisos, a fim de assegurar a continuidade do processo de regularização das terras indígenas ora demarcadas. Nesse sentido, torna-se inadmissível a permanência de linhas em locais errados, com marcos sem serem retirados e removidos sem deixar vestígios, pois isso pode vir a causar graves problemas quanto ao entendimento do limite real, face à constante contestação dos regionais quanto a limites e ao próprio direito dos índios. Enfim, do ponto de vista da política local, não basta retirar os pinos de bronze, deixando os marcos quebrados do lugar. Isso é uma prática comum dos regionais, fazendo com que mais parecesse uma simples depredação. Já basta a picada aberta em local indevido. É preciso não deixar dúvidas, pois alguns pequenos conflitos ainda latentes podem vir a se agravar com o tempo. É patente a insatisfação de políticos locais e outros regionais, e a experiência da regularização fundiária das terras Ticuna já mostrou que não é possível permitir que os problemas não estejam minimamente sanados, sob pena de virem a ocorrer conflitos sangrentos...

Observando-se área por área, todas apresentam pequenas pendências, algumas aceitáveis e outras ainda necessitando de apreciação para uma decisão final. Desse modo, temos o seguinte:

A.I. EVARE I

Deixaram de ser abertas picadas entre os pontos 08 e 09, próximos à Boa Esperança, entre os pontos 10 e 11, próximos à Santa Rita do Weil, e entre os pontos 19 e 20, próximos à Tabatinga. Em todos esses casos o impedimento deu-se por conta de alagados que não permitiram passar com a medição. A solução técnica foi a de se proceder a um rastreamento por satélite nos pontos aonde se parou, para uma posterior digitalização desses limites. No primeiro caso, viu-se anteriormente que o acidente geográfico do ponto 08, Igarapé Queimado, tinha um posicionamento discordante das coordenadas geográficas indicadas. Foi seguido o acidente geográfico, deixando-se uma picada que indica a direção do ponto 09, no Paraná do Sacambú. No segundo caso, a picada começou a ser aberta do ponto 11 para o ponto 10, interrompendo-se no alagado, deixando indicada a direção para o ponto 10. Em ambos os casos, existem varadouros que permitem o trânsito através do alagado, tornando-se conveniente que sejam implantadas placas indicativas para marcar adequadamente esses limites. O terceiro caso, entre os pontos 19 e 20, existe um lago próximo à localidade de Santa Terezinha que é atravessado por esta linha, deixando a maior parte do lago fora da área, ficando uma de suas extremidades para dentro. Embora não tenha sido possível observar diretamente no local, é de se supor a conveniência de uma placa indicativa no ponto onde o lago adentra a área indígena, dada a densidade populacional ribeirinha que, provavelmente, deve frequentar o lago. Em todos esses casos, espera-se uma manifestação formal da ASSERPLAN, demonstrando as soluções adotadas e tecnicamente aceitáveis, para que também a fiscalização possa observar e manifestar-se formalmente quanto àquilo que já viu informalmente.

Foram alteradas as linhas entre os pontos 05 e 06, 07 e 08, 08 e 09, 11 e 12, 15 e 16. A linha entre os pontos 05 e 06 partiu da margem do rio Solimões, no ponto 06, pouco mais de um quilômetro na montante desse rio, seguindo-se o mesmo azimuth, fazendo com que ficasse de fora uma área pleiteada pelos índios. Foi alterada, partindo-se da mesma coordenada na margem do Solimões, solucionando-se um problema de ocupação por não-índios, mas tomando a direção que atendia à solicitação dos índios, fazendo um pequeno zigue-zague até encontrar o ponto 05, num afluente do Jacurapá. As linhas entre os pontos 07 e 08 e entre os pontos 08 e 09 foram alteradas por conta do deslocamento do ponto 08, cabeceira do Igarapé Queimado, fato suficientemente relatado. Na linha perdida ainda há diversos marcos sem serem retirados, o que pode ocasionar mal entendidos no local. Já basta a picada... A linha entre os pontos 11 e 12 foi alterada por solicitação dos índios, deixando o sentido oeste/leste e tomando o sentido noroeste/sudeste, adequando-se à ocupação real dos índios. A linha entre os pontos 15 e 16, localidade do Sapotal, sofreu alteração por interferência do Capitão Aureliano Mendes, fazendo com que o ponto 15 fosse deslocado mais de dois quilômetros e meio rio abaixo, dando uma volta para dentro da área até encontrar o ponto 16. Este problema será submetido à apreciação da diretoria do CENTRO MAGUTA, que deverá deliberar acerca das implicações em torno da possível expansão populacional de não-índios naquela localidade, levando para a FUNAI a decisão final. Já foram rastreados pontos que permitem o cumprimento das determinações do decreto, mas a picada que foi aberta efetivamente discorda do memorial descritivo. Também neste caso, espera-se um relato da ASSER-

PLAN dando conta do desenvolvimento dos trabalhos naquele local.

A linha entre os pontos 03 e 04 teve que ser refeita por conta de uma interpretação equivocada do memorial descritivo, onde partiu-se do ponto 04 para o ponto 03, na altura da confluência do Igarapé São Pedro com o Jacurapá em direção à cabeceira do Igarapé Marajá. Acabaram chegando no alto curso do Marajá, quando deveriam ter ido para a cabeceira de um afluente do Marajá, no caso o Jacó. Não foram retirados os marcos desta linha errada, tendo chegado a notícia de que havia ainda um marco-sat na margem do Marajá. É particularmente importante determinar-se a retirada dos marcos colocados nesta linha, pois está para dentro da área indígena, dando margem a mal entendidos.

Das 20 (vinte) placas previstas, foram colocadas apenas 05 (cinco), todas na margem do Solimões. Dentre as que faltam ser colocadas, apenas duas tem o acesso mais dificultado por se encontrarem na confluência do Puretê com o Igarapé Marajá e na cabeceira do Igarapé Jacó. Outras duas um pouco menos difíceis, na confluência do Jacurapá com o Igarapé São Pedro e na cabeceira deste igarapé. Todas as outras estão situadas na margem do Solimões.

A quantidade de pontos rastreados foi muito maior do que a prevista, aumentando de três para onze, o que haverá de facilitar muitíssimo a digitalização.

Os conflitos com regionais diante da demarcação desta área não se mostraram de grande gravidade. Houve a interferência de moradores da Boa Esperança, que os técnicos da ASSERPLAN, inadvertidamente, acataram num primeiro momento. Alertados, chegaram a permitir a continuidade desta interferência, cessada somente após séria advertência. Verifica-se ainda, em Santa Rita do Weil, insatisfação de moradores, mas um tanto diluída face à grande influência do convívio com os Ticuna de Campo Alegre e outras aldeias. Houve também desentendimentos com ribeirinhos na altura do Igarapé Surubim, quanto à permissão da pesca no rio Solimões. Isso deveu-se basicamente à precipitação dos Ticuna daquela localidade, que foram devidamente esclarecidos que o trecho deste rio compreendido entre as áreas de Évare I e II não está dentro da área, não podendo por isso impedirem a pesca.

A.I. EVARE II

Dentre as linhas que deixaram de ser abertas, uma se encontra entre os pontos 02 e 03, onde passou a ser admitido o Igarapé Germano como limite da área. O ponto 02 se encontra próximo à cabeceira deste igarapé, seguindo a linha por este limite natural até as proximidades do ponto 03, onde ele toma a direção do Solimões. Desta curva do Germano em diante a linha voltou a ser reaberta, ficando sem ser reaberto, mas medido, um pequeno trecho entre os pontos 02 e 03, por causa de um alagado. Um outro pequeno trecho que deixou de ser aberto situa-se no limite sul desta área, próximo à cabeceira do Igarapé Surubim. Trata-se de um buritizal que não permitiu passar com a medição. O topógrafo havia adentrado a área para poder passar ao largo do alagado e atingir a cabeceira do Surubim, mas os índios solicitaram por escrito na última reunião de Vendaval, que se incluisse o buritizal. A solução encontrada foi via digitalização, fazendo-se a amarração desses dois pontos no gabinete. No local, os Ticuna comprometeram-se a fazer um plantio em linha nos próximos anos, conforme o alagado permitir.

Dentre as linhas alteradas temos as compreendidas entre os pontos 09 e 10, limite sudeste da área, e entre os pontos 13 e 14, na ilha do Rosarinho. No primeiro caso, procedeu-se a um afastamento no sentido leste para escapar do alagado. Na verdade, ou pela grande cheia deste ano, ou por simples incorreção da base cartográfica, constatou-se que o alagado, o que determina o limite neste trecho, é muito maior do que a representação que aparece no mapa. O afastamento satisfaz imperativos técnicos e solicitações dos índios, incluindo roças e lagos que ficariam de fora da área, caso se cumprisse as coordenadas onde a carta indicava o limite alagado. No segundo caso, a alteração atendeu simplesmente à solicitação dos índios, não deixando de ser conveniente tecnicamente pois o topógrafo que ali trabalhava deu num alagado. Assim, a linha que tinha o sentido leste/oeste passou a ter o sentido sudoeste/nordeste, incluindo na área as roças e o paranã que serve à pesca das aldeias Parana para I e II, Ilha do Meio, Campo Alegre e outras.

A linha que foi feita erradamente nesta área é aquela do episódio do Camatiã, que vai da confluência do Igarapé Arapari até o Igarapé Abacaba. Como foi determinado que se cumprisse o decreto, esta linha foi abandonada e refeita no local correto. Da maneira como estava e a insistência em manter o limite na altura no Arapari, usando o próprio Camatiã como limite, apenas favorecia os regionais, que impuseram aos índios essa configuração geográfica nos últimos anos. É fundamental que se determine a retirada dos marcos que ainda se encontram na linha abandonada, justamente para não deixar dúvidas quanto ao limite correto, que cumpriu o decreto. Também neste caso, a simples existência da picada no lugar errado já representa um sério problema para o acomodamento político entre Ticunas e não-índios.

Das 19 (dezenove) placas previstas, foram colocadas apenas 04 (quatro), sendo que as mais difíceis de serem colocadas situam-se nos pontos 07 e 08, e nos marcos 52, 58 e 66, todas no limite leste da área.

Também o número de pontos rastreados aumentou, de uma previsão de 03 (três) para 08 (oito), também favorecendo a digitalização.

Os conflitos verificados nesta área possuem alguma gravidade. Três marcos foram retirados e depredados, na ilha do Rosarinho e no limite norte, entre os lagos Pacú e Pacú Grande. A insatisfação dos políticos e outros cidadãos de São Paulo de Olivença com os limites estabelecidos na região do Camatiã já apresentou diversos problemas. Moradores próximos a este limite insistem em invadir a área, procedendo à pesca predatória com fins comerciais nos lagos internos à área indígena, e ameaçando de violência, com armas de fogo, àqueles Ticuna que os abordam. As autoridades de São Paulo de Olivença têm sido constantemente alertadas e comunicadas formalmente, mas até agora têm se mostrado omissas e desinteressadas, alegando falta de recursos para agir. No dia 06.11.93, foi preso em flagrante um pescador de nome Machico, há muito denunciado às autoridades e o caso foi entregue aos cuidados da ADR/FUNAI/TBT. Os depredadores de marcos ainda não foram interpelados pela Justiça, embora já exista denúncia formal, com nomes e endereços. Um deles está usando o pino de bronze do marco como peso de malhadeira, morador do Paravacê de nome Francisco Ruisio.

A.1. VUI-UATA-IN

A A.I. de Nova Itália não apresentou nenhum problema que impedisse a abertura de suas linhas, não encontrando nem alegados nem reivindicações indígenas que provocassem alguma alteração na sua configuração, salvo no caso da linha próxima à aldeia de São Francisco do Canimari. A linha mais distante do Solimões, no limite sul, entre os pontos 13 e 14, foi toda medida, mas a fiscalização só pode conferir parcialmente a abertura das picadas com espaçamento correto, devido à restrição do uso da aeronave para o sobrevôo. As linhas dos limites à leste da área ficaram corretas, entre os pontos 20, 21, 01, bem como entre os pontos 02 e 03. No entanto, a linha do limite norte, paralela ao rio Solimões, entre os pontos 05 e 06, que deveria seguir pelo divisor de águas, com algumas deflexões, sofreu pequena alteração, ainda permanecendo no divisor de águas parcialmente, mas em linha reta, na tentativa de alcançar a cabeceira ou o alto curso de dois igarapés representados no mapa, cuja denominação parece ser Ceilão (a leste) e Macau (a oeste), para que esses igarapés passassem a servir de limites naturais, procurando-se incluir a aldeia de São Francisco do Canimari. Ocorre que o Igarapé Macau não deságua no Solimões conforme a representação cartográfica. Ele corre na direção do Acurul, desaguando mais a leste. Existe tão somente um furo deste igarapé que se comunica com o Solimões, que se encontrava seco, quando lá estivemos para verificar, permanecendo deste modo quase todo o tempo, correndo água por ali apenas durante períodos de alta cheia dos rios. O Igarapé Ceilão, por sua vez, é vizinho a uma propriedade de posse muito antiga, cujos proprietários recusaram-se totalmente a permitir que se faça por ali o limite da área indígena. Eles declaram ter a sua posse regularizada junto ao INCRA. Desse modo, os Ticuna de São Francisco abriram um pique à leste da foz do Ceilão, rastreados com o GPS manual, obtendo as coordenadas 03 22' 57"S e 68 19' 25"W_r, que, correndo em linha reta no sentido norte/sul, provavelmente, deverá encontrar o médio curso do Igarapé Ceilão. À oeste, eles indicaram o furo seco que dá provavelmente no Igarapé Macau, também rastreado com GPS manual, obtendo as coordenadas 03 22' 59"S e 68 21' 19"W_r. É preciso decidir ainda se poder-se-á estabelecer os limites por aí, partindo do Solimões com essas linhas, encontrando os igarapés citados, e subindo até as duas clareiras situadas na linha 05-06, no ponto onde encontram o alto curso desses igarapés. O fato é que a linha está interrompida entre as duas clareiras, embora medida, mas sem ter aberto a picada, pois não faria sentido abri-la diante da hipótese de incluir a aldeia, usando aqueles igarapés como limite. Esta medição sem picada aberta foi feita para prevenir a possibilidade de não vir-se a incluir essa aldeia. Portanto, é preciso decidir se a aldeia será ou não incluída e verificar se, da maneira como está, caso não haja a inclusão, isso não venha a prejudicar a regularização da área indígena Nova Itália como um todo.

É 20 (vinte) o número previsto de placas tendo sido colocadas apenas 05. Dentre as mais difíceis de serem colocadas, estão estão as dos pontos 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, e mais a do marco 35.

Dos pontos de satélite previstos, 08 (oito), foi rastreado um a mais, perfazendo um total de 09 (nove).

Os conflitos nesta área indígena chegaram atingir alguma gravidade e inspiram providências e cuidados. Logo no início

da demarcação, depois que o engenheiro Colombo esteve pela primeira vez em São Francisco do Canimari, chegou à FUNAI de TBT a notícia de problemas com os regionais que ameaçavam atacar os índios. Houve uma reunião com o Prefeito de Amaturá, quando foi esclarecido para ele os limites que seriam adotados, incluindo a aldeia de São Francisco. Na ocasião, ele relatou que os índios estavam ameaçando de despejo os ribeirinhos, o que parece ter-se confirmado em parte. Depois disso, quando o pessoal da demarcação passou por lá tentando demarcar os pontos da foz dos igarapés, foram impedidos pelos familiares do Sr. Alcides Ramos, que chegaram a retirar um marco-sat colocado pela ASSERPLAN na foz do Ceilão. Orientados para aguardar sem fazer alarde, os Ticuna não fizeram mais nada, até que o engenheiro Reinaldo visitou a propriedade do Sr. Alcides, constatando que não seria possível naquele momento fazer passar o limite da área por onde se pretendia. Em seguida, passamos por lá com o rastreador e determinamos as coordenadas mencionadas acima, obtendo dos índios o depoimento de que, partindo daqueles limites no rio Solimões, não haveria problemas com a família Ramos. No entanto, não tivemos tempo de contactá-los e ainda não sabemos se será possível utilizar o médio curso do Igarapé Ceilão para fazer o limite, a partir do ponto em que a linha que vem do Solimões encontrar o igarapé. Quanto ao outro limite, à leste, encontrando o Igarapé Macau, não temos notícia ainda se há ou não algum impedimento. Um outro problema ocorreu com os Ticuna da aldeia de Tambaqui. Um cidadão de Amaturá foi interpelado pelos índios ao estender uma malhadeira no lago Tambaqui, ameaçando de violência aqueles que tentassem impedi-lo. O fato é que o lago é o limite da área naquele local e os índios não têm outro lago próximo, piscoso como aquele, dentro da área. Os ânimos em Amaturá ficaram bastante sobressaltados com a demarcação, agravados pela situação de São Francisco do Canimari, reacendendo antigas discórdias, como foi o caso da comunidade de Maraitá, onde alguns cidadãos se dizem donos da área e outros aumentaram a sua frequência no local, e os Ticuna de lá têm resistido, impedindo o acesso aos lagos e áreas de caça. Amaturá foi a única cidade em que não houve um contato direto do pessoal da demarcação com os políticos locais. Em reunião com os capitães, vereadores e outros representantes de Nova Itália, todos foram orientados no sentido de que forçassem os representantes da FUNAI a cuidar desses problemas.

A.I. BETÂNIA I

Nesta área indígena deixaram de ser abertas duas linhas, entre os pontos 17 e 18, leste/oeste, e os pontos 19 e 20, norte/sul. Em ambos os casos não foi possível transpor as áreas alagadas. Todas as equipes colocadas em cada um desses pontos avançaram apenas algumas centenas de metros, indo até onde foi possível. Em todos esses casos foram abertas clareiras e feito o rastreamento dos pontos para solucionar os limites por meio de digitalização. Por isso mesmo, com a colocação das placas será preciso destacar melhor os limites, como é o caso do Lago Arati.

Posteriormente, a pedido dos índios, foi alterada a linha compreendida entre os pontos 19 e 20, com o objetivo de incluir um lago que ficou fora da área, o Lago do Galça, de tradicional ocupação indígena, em local onde não habita nenhum civilizado ou não-índio. Assim, a linha que saía do ponto 20 no sentido

norte/sul tomou a direção sudoeste, avançando cerca de 400 m, na direção do Lago do Galça, ficando interrompida para que os próprios Índios a continuem quando houver um período mais seco. Os técnicos da ASSERPLAN e da FUNAI argumentaram que não era possível nem fazer rapel nem chegar ao lago de barco (os índios diziam que dava pra chegar lá de motor), para determinar o ponto pelo GPS, tendo feito isso através do equipamento de navegação do helicóptero. Desse modo, o limite passou a subir o Igarapé Buiussuzinho desde o ponto 19 até a confluência do Igarapé Preto com o Igarapé do Galça, formadores do Buiussuzinho, daí subindo pelo Igarapé do Galça até o Lago do Galça, deste lago seguindo em linha reta até o ponto 20 anterior, no Jacurapá.

Foi alterada também a linha entre os pontos 11 e 12. No sentido contrário ao memorial, esta linha saía do cano do Lago Grande, seguia com uma pequena deflexão pelo divisor de águas até encontrar a cabeceira de um afluente sem denominação do Igarapé Pataquira daí segue pela montante, etc... A alteração deveu-se a um acordo existente entre os membros da comunidade do Lago Grande e os produtores rurais que, ao final, aumentou a área mudando-se o ponto que partia do cano do Lago Grande. Feito isso, a linha continuou pelo divisor de águas até encontrar a cabeceira do tal igarapé sem denominação, afluente do Pataquira. Entretanto, durante os trabalhos, o topógrafo errou a direção da linha, indo parar na cabeceira de um outro igarapé, que corria para dentro da área, aproximando-se da aldeia, deixando de fora uma parte de terra de uns pouco mil hectares, que eles reivindicam como área de coleta. Constatado isso com sobrevôo do local, os técnicos da ASSERPLAN e da FUNAI deixaram assim mesmo, e procederam a desmobilização das equipes que trabalhavam em Santo Antônio do Içá. Os Ticuna de Lago Grande reagiram com muito descontentamento e, quando lá estivemos, os principais da aldeia estavam fora, abrindo um pique na mata, no local onde queriam o limite. Mais uma vez, a pressa e a precipitação dos técnicos da ASSERPLAN ocasionaram um problema. Desse modo, no mesmo dia, reunidos em Betânia, tranquilizamos os representantes do Lago Grande informando-os que uma equipe voltaria para corrigir o erro, como aconteceu. Entretanto, as notícias que nos chegaram foram as de que o técnico que para lá se dirigiu continuou abrindo a picada em local diverso do interesse dos Índios, conforme a carta que nos enviaram. Somente depois de locar no mapa os dados da caderneta de campo do topógrafo Paulino é que será possível saber o que aconteceu. Ou então, ir lá pessoalmente para ver o que aconteceu.

Eles queriam alterar uma outra linha que a fiscalização da FUNAI disse não ser possível. Trata-se de deslocar o ponto 02 para a cabeceira do Igarapé do Cobra, unindo-se esse ponto por uma linha reta até o ponto 03 na presumida cabeceira do Igarapé Tauapo. Preparam mapas e cartas para o Presidente da FUNAI, reivindicando esta área, de tradicional ocupação indígena, de onde retiram madeira, palha, etc... Decidiram eles mesmos abrir a picada unindo as cabeceiras dos igarapés e levar para lá a placa do ponto 02. Aliás, nesse local, há uma incorreção no memorial descritivo: aquilo que foi chamado de cano do Lago Japacuí é apenas um furo do Igarapé do Cobra para o Içá, indo este igarapé desaguar no Lago Japacuí; a cabeceira que consideraram ser do Tauapo, por conta das coordenadas geográficas, é a de um outro igarapé, seu afluente, sendo a nascente do Tauapo em outro local, próximo do Içá, conforme informaram.

Dentre as 20 (vinte) placas previstas, não foi colocada

nenhuma, sendo que os índios se queixaram de que a madeira deixada para a fixação de algumas delas é de qualidade duvidosa.

Foram rastreados 11 (onze) pontos, 03 a mais do que os 08 (oito) previstos, melhorando as condições para digitalização.

A área de Betânia I não apresenta conflitos de terra até agora, embora o intrusamento seja muito grande. É preocupante o número de moradores não-índios no interior da área, e a FUNAI local jamais tomou qualquer providência, nem mesmo informando o problema à Brasília. Esses intrusos e outros moradores próximos dos limites costumam invadir os lagos, fazendo extrações e coletas, causando grande descontentamento aos Ticuna de lá, que queixaram-se de abandono pelas autoridades competentes. Um vizinho do limite leste, no ponto 01, já tentou avançar pela área, expulsando a família, que morava neste limite, mais para baixo no rio Içá. Assim mesmo, de todas as áreas, Betânia é a que melhor se relaciona com o poder local, pois é notória a assistência que o Prefeito de Santo Antônio do Içá presta às comunidades indígenas. Há, no entanto, a presença de missionários batistas norte-americanos, que se dizem donos dos locais que ocupam, regulando o espaço da aldeia nas proximidades. Os Ticuna de Betânia estão divididos sobre as vantagens e desvantagens da presença deles. O fato é que, uma parte, segue a religião batista sob um estranho sincretismo, com cantos em espanhol, sendo proibidos de fazerem suas festas tradicionais, ficar semi-despídos ou usar vestes inadequadas, etc. Outra, não liga para a presença deles ou é contra, mas sem demonstrar. Os missionários não se relacionam bem, nem com o Posto Indígena nem com os professores não-índios que atuam na Betânia. Até mesmo alguns políticos locais se ressentem da presença deles, seja simplesmente por preconceito ou xenofobia, seja pela humilhação de ter que recorrer a eles para ter atendimento de saúde adequado. Quando indagaram a cerca do problema, informamos que é a comunidade indígena que deve, em primeiro lugar, manifestar sua vontade quanto à presença deles.

A.I. BETÂNIA II

Não houve nenhuma linha alterada nesta área. Todas foram abertas em suas posições. Apenas a linha entre os pontos 01 e 02 não foi aberta em sua totalidade, sob a argumentação de que atingiram uma área alagada impossível de transpor. Esta linha ficou aberta em seus dois extremos, dos dois lados da Ilha do Javari Mirim, até onde se conseguiu chegar.

Das 08 (oito) placas previstas, também não foi colocada nenhuma.

Dos 02 dois pontos previstos para o rastreamento, foram rastreados 04 (quatro).

É uma área passível de conflitos. Na Ilha do Javari Mirim, por exemplo, há um campo de pastagem onde um criador de gado colocou o limite da cerca dentro da área indígena. Trata-se de um tal de Zequinha, com quem não chegamos a fazer contato, mas fotografamos o seu gado junto ao marco, no limite da área. Alguns pescadores adentram a área através do Igarapé do Patiá para pescar em lagos internos próximos das aldeias. Por outro lado, os Ticuna de lá não ficaram satisfeitos com os limites da área, pois queriam incluir um lago que fica próximo ao Paraná do Patiá, além de quererem chegar com o limite até o rio Solimões, vindo em linha reta, continuando as picadas que partem e terminam nos pontos

06 e 07. No lado do Igarapé do Patiá há queixas de que o gado chega até as roças, danificando-as. Também nesse caso, eles decidiram ocupar os locais que reivindicam, fazendo suas próprias picadas, fazendo cerca para o gado dos vizinhos e enviando ao Presidente da FUNAI cartas e desenhos das áreas pleiteadas.

A.I. PORTO ESPIRITUAL

Tudo transcorreu sem problemas na demarcação desta área, exceptuando-se a captura ilegal de um animal silvestre.

Das 06 (seis) placas previstas, foram colocadas apenas duas, sendo que, das 04 quatro que faltaram, duas são de grande dificuldade, nos pontos 05 e 06.

Os pontos previstos para rastreio eram 03 (três), tendo sido rastreados 04 (quatro).

Não há notícias de conflitos com regionais durante a demarcação desta área. Na verdade, nem deu pra notarem, pois os limites que saem no Solimões são dados por dois igarapés. As linhas secas que unem as cabeceiras dos igarapés foram feitas através de rapel. A colocação e o resgate das equipes foi feito por helicóptero. Nem os índios viram. O único problema foi que queriam que abrissem picadas no limite de um dos igarapés.

A.I. LAGO BERURI

Não temos notícias sobre a demarcação nesta área. Sabemos apenas que seguiram para lá dois topógrafos que estavam por aqui, e que ficou sob a responsabilidade do Major Sanches, representante da ASSERPLAN em Manaus, tendo a fiscalização ficado a cargo de um funcionário da FUNAI também de Manaus.

Tais são as últimas informações que pudemos reunir nestes últimos dias da Demarcação Ticuna, sendo que não estão de todo completas, face ao tempo exíguo em que foi produzido este relatório, precisando ~~ser~~ explicitar melhor alguns pontos.

De um modo geral, alguns problemas ficaram pendentes, tais como os marcos em picadas erradas, a indefinição quanto à correção de alguns limites (Sapotal, São Francisco do Canimari) e problemas ainda desconhecidos como o Lago Grande.

Assim mesmo, a ASSERPLAN insiste em desmobilizar-se, sem dar ouvidos a esses problemas, e a fiscalização da FUNAI já se retirou há dois dias.

Acreditamos que será preciso fazer a ASSERPLAN voltar ao campo, retornando de Tabatinga, para resolver essas pequenas pendências.

LEONARDO RIBEIRO CARNEIRO DA CUNHA
Coordenador da Demarcação Ticuna
MAGUTA - CDPAS